

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 535.798 - DF (2019/0289056-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : WALISON FERREIRA NEVES
ADVOGADOS : RICARDO RUIVO MOREIRA DE OLIVEIRA - DF009684
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITORIOS

DECISÃO

WALISON FERREIRA NEVES interpõe agravo regimental contra decisão de minha relatoria, na qual indeferi liminarmente o habeas corpus por entender haver supressão de instância no pleito de anulação da decisão de pronúncia.

O agravante afirma, contudo, que "o excesso de linguagem exsurgiu tão-somente no acórdão [e não na decisão de pronúncia], razão pela qual não houve supressão de instância" (fl. 42).

Decido.

Tendo em vista as alegações defensivas, reconsidero a decisão agravada e passo a analisar o pleito urgente.

O pedido liminar não comporta, contudo, acolhimento.

Em análise perfunctória, inerente a esta fase processual, **não verifico haver excesso de linguagem patente** no trecho do acórdão apontado pelo impetrante. Entendo que o Tribunal de origem limitou-se a indicar os elementos probatórios que formaram a sua convicção sobre a manutenção da pronúncia, a afastar, *a priori*, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado.

Ademais, **a nulidade apontada demanda o exame acurado dos autos**, providência inadequada para este momento processual. Assim, o **pleito confunde-se com o próprio mérito da impetração**, razão pela qual deverá ser analisado em momento oportuno, quando serão minuciosamente

Superior Tribunal de Justiça

examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **reconsidero a decisão agravada e indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, via malote digital, **notadamente a folha de antecedentes criminais do réu e notícias atualizadas acerca do andamento do processo.**

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

